

PROCESSO TCE N° 132.173

**ENTIDADE: COMPANHIA DE ARMAZÉNS GERAIS E ENTREPOSTOS
DO ACRE - CAGEACRE**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS
GERAIS E ENTREPOSTOS DO ACRE - CAGEACRE,
EXERCÍCIO DE 2018**

RELATOR: CONSELHEIRO VALMIR GOMES RIBEIRO

RESPONSÁVEL DANIEL DOS SANTOS LOPES E SILVA

ACÓRDÃO Nº 11.975/2020

PLENÁRIO – TCE/AC

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. IRREGULARIDADE.

Ausência de Controlador Interno (Resolução TCE nº 76 e 87) e não publicação das demonstrações contábeis em jornal de grande circulação.

1. **Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1)** pela **irregularidade** das contas da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepostos do Acre - CAGEACRE, referentes ao exercício de 2018, de responsabilidade do senhor Daniel dos Santos Lopes e Silva, com fundamento no artigo 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993; e **2)** pela aplicação de **multa** ao senhor Daniel dos Santos Lopes e Silva, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil duzentos e oitenta reais), nos termos do artigo 89, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993; **3)** pela **notificação** do Senhor Daniel dos Santos Lopes e Silva para conhecimento desta Decisão; **4)** pelo **encaminhamento** de cópia desta decisão ao Ministério Público do Estado do Acre.. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 23 de julho de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do Ministério Público de Contas

PROCESSO TCE N° 132.173

**ENTIDADE: COMPANHIA DE ARMAZÉNS GERAIS E ENTREPOSTOS
DO ACRE - CAGEACRE**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS
GERAIS E ENTREPOSTOS DO ACRE - CAGEACRE,
EXERCÍCIO DE 2018**

RELATOR: CONSELHEIRO VALMIR GOMES RIBEIRO

RESPONSÁVEL DANIEL DOS SANTOS LOPES E SILVA

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de Prestação de Contas Anual da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre - CAGEACRE, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do senhor Daniel dos Santos Lopes e Silva, Diretor Presidente à época, encaminhada à este Tribunal conforme estabelece o art. 71, inciso II, da Constituição Federal de 1988, art. 61, inciso II, da Constituição Estadual, art. 36, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 e art. 6º, inciso III, do Regimento Interno e Resolução TCE/AC nº 087/2013.

As contas foram enviadas tempestivamente no dia 30 de abril de 2019, conforme Declaração de Veracidade de folha 01, em observância ao artigo 2º, § 2º, inciso II, alínea h, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

A 3ª Inspeção Geral de Controle Externo - IGCE, emitiu Relatório de Análise Técnica, de folhas 85/96, onde apontou as seguintes inconsistências:

1. Não publicação das demonstrações financeiras em jornal de grande circulação, conforme exigência do art. 289, da lei nº 6.404/76;
2. Orçamento incompatível com a realidade da Companhia e do Estado do Acre;
3. Diferença a maior de R\$ 3.592,62, entre o Resultado Financeiro (R\$ 16.411,24) e o valor apurado nos extratos bancários (R\$ 20.003,86);
4. Ausência de responsável pelo Controle Interno no exercício de 2018, uma vez que a nomeação do Controlador só se deu em 2019;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

5. Diferença entre as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais constantes no Passivo Circulante e os dados do SIPAC, de R\$ 272.749,52, no curto prazo e R\$ 332.648,60, no longo prazo;

5. Ausência de parcelamento para quitação de débitos junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Federal, e/ou de um plano de amortização desta dívida.

O Gestor foi devidamente citado à fl. 100, no entanto ficou-se inerte e não apresentou justificativas.

Remetidos os autos ao Ministério Público de Contas, este se manifestou por intermédio de sua Ilustre Procuradora Anna Helena de Azevedo Lima às fls. 113/114, pugnando pela irregularidade das contas e pela aplicação de multa ao gestor.

É o RELATÓRIO.

Rio Branco – AC, 23 de julho de 2020.

VALMIR GOMES RIBEIRO
Conselheiro-Relator

PROCESSO TCE N° 132.173

ENTIDADE: COMPANHIA DE ARMAZÉNS GERAIS E ENTREPOSTOS
DO ACRE – CAGEACRE

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS
GERAIS E ENTREPOSTOS DO ACRE - CAGEACRE,
EXERCÍCIO DE 2018

RELATOR: CONSELHEIRO VALMIR GOMES RIBEIRO

RESPONSÁVEL DANIEL DOS SANTOS LOPES E SILVA

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO VALMIR GOMES RIBEIRO

(Relator):

Observa-se dos autos que a presente Prestação de Contas foi elaborada em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/2000, com a Lei Federal nº 4.320/1964 e com a Resolução TCE/AC nº 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Resolução TCE/AC nº 87/2013).

Da análise dos autos, constataram-se inconsistências no tocante à: não publicação das demonstrações financeiras em jornal de grande circulação; orçamento incompatível com a realidade da Companhia e do Estado do Acre; diferença de valores entre o Resultado Financeiro e o valor apurado nos extratos bancários; ausência de responsável pelo controle interno; diferença entre as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais constantes no Passivo Circulante e os dados do SIPAC.

Assim, diante do exposto, visto e analisado o presente processo, e ainda consubstanciado na Análise Técnica da 3ª Inspeção Geral de Controle Externo de folhas 85/96, bem como no douto Parecer do Ministério Público de Contas de fls. 113/114, **concluo votando:**

2. pela **irregularidade** das contas da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepostos do Acre - CAGEACRE, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor Daniel dos Santos Lopes e Silva, com fundamento no artigo 51, inciso III, “b”, da Lei Complementar Estadual nº

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- 38/1993, ante à ausência de Controlador Interno (Resolução TCE nº 76 e 87) e não publicação das demonstrações contábeis em jornal de grande circulação (art. 289, da lei nº 6.404/76);
3. pela aplicação de **multa** ao senhor Daniel dos Santos Lopes e Silva, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil duzentos e oitenta reais), nos termos do artigo 89, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993
 4. pela **notificação** do Senhor Daniel dos Santos Lopes e Silva para conhecimento desta Decisão;
 5. pelo **encaminhamento** de cópia desta decisão ao Ministério Público do Estado do Acre.

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

É como **VOTO**.

Rio Branco – AC, 23 de julho de 2020.

VALMIR GOMES RIBEIRO
Conselheiro-Relator